

ENERGIA SOLAR GD S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidados

Em 31 de dezembro de 2024

ENERGIA SOLAR GD S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidados

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidados

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIOS DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS

Aos
Acionistas e Diretores da
Energia Solar GD S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidados

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidados da Energia Solar GD S.A. ("Companhia"), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energia Solar GD S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidados

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidados". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidados

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidados livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidados, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidados a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidados.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 05 de maio 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F

A handwritten signature in blue ink that reads 'Rafael Favacho'.

Rafael Favacho Pereira da Silva
Contador CRC 1 RJ 106634/0-3

ENERGIA SOLAR GD S.A.

Balço patrimonial individual e consolidado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em Reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023	2024	2023
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.610.775	21.294.598	9.083.266	21.311.105	Fornecedores		65.777	69.946	105.429	69.946
Contas a Receber	4	2.188	22.894.196	2.857.216	22.894.196	Endividamento	7	941.427	-	941.427	-
Adiantamentos		118.841	4.066	319.500	335.682	Obrigações Tributárias		89.876	32.312	318.840	332.870
Impostos a Recuperar		426.884	126.547	471.454	126.553	Outras contas a pagar		-	-	27.061	-
Outros ativos		4.464	-	140.992	-			1.097.080	102.258	1.392.758	402.816
		9.163.151	44.319.407	12.872.428	44.667.536						
Não circulante						Não circulante					
Investimento em Coligadas	5	140.755.773	116.117.050	-	-	Endividamento	7	124.833.203	112.274.469	124.833.203	112.274.469
Imobilizado	6	-	-	137.342.174	116.069.480			124.833.203	112.274.469	124.833.203	112.274.469
		140.755.773	116.117.050	137.342.174	116.069.480	Patrimônio líquido	8				
						Capital Social Subscrito	8.1	47.000.000	65.500.000	47.000.000	65.500.000
						Capital Social a Integralizar		-	(9.500.000)	-	(9.500.000)
						Prejuízos acumulados		(7.940.371)	(7.940.270)	(7.940.371)	(7.940.270)
						Resultado do exercício		(15.070.989)		(15.070.989)	
								23.988.640	48.059.730	23.988.640	48.059.730
Total do ativo		149.918.924	160.436.457	150.214.602	160.737.015	Total do passivo e patrimônio líquido		149.918.924	160.436.457	150.214.602	160.737.015

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIA SOLAR GD S.A.

Demonstração do resultado do Exercício individual e consolidado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida de prestação de serviços	9	-	-	4.378.545	-
Custo Operacional	10	-	-	(3.220.935)	-
Lucro Bruto		-	-	1.157.610	-
Despesas operacionais					
Despesas gerais e Administrativas	11	(2.200.344)	(1.672.858)	(2.519.484)	(1.677.430)
Despesas tributárias		(5.360)	(53.644)	(62.224)	(64.193)
Resultado operacional		(2.205.705)	(1.726.502)	(1.424.098)	(1.741.624)
Outros resultados não operacionais	5	658.097	(27.918)	-	-
Equivalência Patrimonial		658.097	(27.918)	-	-
Resultado financeiro		(13.523.381)	(6.185.850)	(13.510.222)	(6.198.646)
Receita financeira	12	1.801.754	790.350	1.824.291	790.398
Despesas Financeiras	12	(15.325.135)	(6.976.200)	(15.334.513)	(6.989.044)
Provisão de IRPJ no exercício corrente			-	-	-
Provisão de CSLL no exercício corrente	13		-	(136.670)	-
Prejuízo do exercício		(15.070.989)	(7.940.270)	(15.070.989)	(7.940.270)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIA SOLAR GD S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individual e consolidado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo do exercício	<u>(15.070.989)</u>	<u>(7.940.270)</u>	<u>(15.070.989)</u>	<u>(7.940.270)</u>
Outros Resultados Abrangentes		-		-
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(15.070.989)</u></u>	<u><u>(7.940.270)</u></u>	<u><u>(15.070.989)</u></u>	<u><u>(7.940.270)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIA SOLAR GD S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em Reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-
Capital Social Subscrito	65.500.000	-	-	65.500.000
Capital Social a Integralizar	(9.500.000)	-	-	(9.500.000)
Resultado do exercício	-	-	(7.940.270)	(7.940.270)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>56.000.000</u>	<u>-</u>	<u>(7.940.270)</u>	<u>48.059.730</u>
Redução de capital social	(9.000.000)	-	-	(9.000.000)
Resultado do exercício	-	-	(15.070.989)	(15.070.989)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>47.000.000</u>	<u>-</u>	<u>(23.011.259)</u>	<u>23.988.741</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIA SOLAR GD S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Individual e Consolidado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo do exercício	(15.070.989)	(7.940.270)	(15.070.989)	(7.940.270)
Contas a Receber	22.892.008	(22.894.196)	20.036.980	(22.894.196)
Adiantamentos	(114.775)	(4.066)	16.081	(335.682)
Impostos a Recuperar	(300.337)	(126.547)	(344.901)	(126.553)
Fornecedores	(4.169)	69.946	35.483	69.946
Obrigações Tributárias	57.564	32.312	(14.030)	332.870
Outros Ativos	(4.564)	-	(140.992)	-
Outros passivos	-	-	27.061	-
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	7.454.739	(30.862.821)	4.544.693	(30.893.885)
Fluxo de caixa das atividades de Investimento				
Investimento em Coligadas	(24.638.723)	(116.117.050)	-	-
Aquisição de imobilizado	-	-	(21.272.694)	(116.069.480)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(24.638.723)	(116.117.050)	(21.272.694)	(116.069.480)
Capitação através de emissão de debentures	-	112.274.469	-	112.274.469
Capitação de empréstimos	13.500.161	-	13.500.161	-
Redução de capital	(9.000.000)	-	(9.000.000)	-
Aporte de capital Social	-	56.000.000	-	56.000.000
Caixa proveniente das atividades de financiamento	4.500.161	168.274.469	4.500.161	168.274.469
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(12.683.823)	21.294.598	(12.227.839)	21.311.105
Aumento no caixa e no equivalentes de caixa no início do exercício	21.294.598	-	21.311.105	-
Aumento no caixa e no equivalentes de caixa no final do exercício	8.610.775	21.294.598	9.083.266	21.311.105
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(12.683.823)	21.294.598	(12.227.839)	21.311.105

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Empresa de Energia Sustentável Energia Solar GD S.A., sociedade limitada unipessoal, com sede na cidade e estado de São Paulo, foi constituída em 17 de maio de 2023 e tem por objetivo principal explorar, o desenvolvimento e/ou implantação, diretamente ou indiretamente, por meio de associação, parceria, consórcio ou qualquer outra sociedade em cujo capital social a Sociedade tenha participação, de empreendimentos de geração de energia elétrica baseada em fonte renovável de energia e/ou eficiência energética, sendo o principal foco a geração fotovoltaica distribuída para a locação de ativos no formato de construção, operação e transferência e/ou construção e operação, bem como a realização e investimentos em ativos de geração fotovoltaica centralizada; exercer atividades complementares, correlatas ou acessórias, atinentes às suas atividades.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

A Empresa de Energia sustentável Energia Solar GD S.A. adota as práticas contábeis aplicáveis no Brasil estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e suas devidas alterações (Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09).

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) e deliberações e instruções emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidas pelo *International Accounting Standards (IASB)* e adaptadas às normas emanadas pelo Grupo NAVI.

As demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em 30 de Abril de 2025.

b) Base de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, e todos os valores foram arredondados para Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as NBCs e o IFRS requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

2.2. Políticas Contábeis Materiais

As práticas contábeis materiais adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívidas e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) - Instrumentos Financeiros, adotado pela Companhia em 01 de janeiro de 2019, conforme deliberação CVM 763/16.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quando pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao:

- Valor justo por meio do resultado: quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício;
- Custo amortizado: Passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

b) Instrumentos financeiros derivativos e hedge accounting

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz do hedge accounting, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Representam saldos bancários, caixa físico e ordem de crédito e estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valor, e com liquidez imediata, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que se aproxima de seu valor justo. A companhia não faz uso de movimentação de dinheiro em espécie.

d) Adiantamento a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores referem-se a valores pagos antecipadamente para aquisição de bens e/ou serviços, conforme contratos firmados, cujo bens e/ou serviços ainda não foram entregues/prestados até a data final do balanço.

e) Impostos a recuperar

Os tributos a recuperar referem-se a créditos decorrentes de operações da Companhia que geram direito de compensação ou restituição junto aos órgãos competentes. Esses valores serão utilizados na compensação de tributos a pagar ou nos pedidos de restituição, conforme a legislação vigente.

f) Despesas antecipadas

As despesas do exercício seguinte, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquido das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

g) Participações em Controladas

Os investimentos foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme disposto no CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, Controlada e em Empreendimento em Conjunto.

Todas as controladas são sociedades com o objeto social voltado à construção e operação de usinas fotovoltaicas e fazem parte da estratégia de expansão da atuação da Companhia no setor de geração energia distribuída.

h) Consolidação

As Demonstrações Contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as Demonstrações Contábeis da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos.

A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido.

i. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre os retornos variáveis advindo de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As Demonstrações Contábeis de controladas são incluídas nas Demonstrações Contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas Demonstrações Contábeis individuais da controladora, as Demonstrações Contábeis de controladas são reconhecidas através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as Demonstrações Contábeis das controladas na mesma data-base das Demonstrações Contábeis.

<u>Empresas investidas</u>	<u>Atividade</u>	<u>Participação</u>
EGD 1 LTDA	Geração de energia solar	100%
EGD 2 LTDA	Geração de energia solar	100%
EGD 3 LTDA	Geração de energia solar	100%
EGD 4 LTDA	Geração de energia solar	100%
EGD 5 LTDA	Geração de energia solar	100%
EGD 7 LTDA	Geração de energia solar	100%
EGD 8 LTDA	Geração de energia solar	100%
EGD 9 LTDA	Geração de energia solar	100%
EGD 10 LTDA	Geração de energia solar	100%
EGD 11 LTDA	Geração de energia solar	100%

ii. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intergrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre empresas são eliminados na preparação das Demonstrações Contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhia investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

i) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, se aplicáveis, os rendimentos, encargos e variações monetárias correspondentes.

A apropriação dos rendimentos e encargos mensais pactuados é calculada pelo método linear. Os rendimentos ou encargos proporcionais aos dias decorridos no mês da contratação das operações são apropriados dentro do próprio mês, "pro rata dia".

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de constituição de Ajuste a Valor Presente (AVP) de seus ativos e passivos em conformidade com a NBC TG 12 (Deliberação CVM 564/08) - ajuste a valor presente.

j) Contas a pagar fornecedores

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicáveis, e representam as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios da Companhia.

k) Empréstimos e financiamentos

A companhia possui contrato de financiamento junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, destinados ao desenvolvimento de projetos voltados à geração de energia fotovoltaica. O financiamento foi contratado em moeda nacional, com prazos de vencimento de longo prazo e possuem taxas de juros atreladas à TJLP/SELIC.

Os saldos são classificados entre circulante e não circulante, conforme seus respectivos vencimentos. A companhia vem cumprindo regularmente as obrigações contratuais e os índices financeiros exigidos nos contratos firmados com o BNDES.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos de 10% sobre o lucro tributável, excedente de R\$ 240 mil no ano, para Imposto de Renda, e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação na apuração do lucro real tributável.

m) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Receita de prestação de serviços;

A receita proveniente da prestação de serviços é reconhecida de acordo com a NBC TG 47 (IFRS 15) - Receita com contrato de clientes, adotada pela Companhia em 17 de maio de 2023, estabelecendo um modelo de cinco etapas para determinar a mensuração da receita e quando e como ela será reconhecida. Dessa forma, a Companhia reconhece as receitas na extensão em que os produtos são entregues e devidamente aceitos pelos seus clientes, onde os riscos e benefícios relacionados a propriedade são transferidos.

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

n) Receitas e despesas financeiras.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

o) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2).

p) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As demonstrações contábeis requerem o uso de certas estimativas contábeis, tais como: seleção de vidas úteis dos bens do imobilizado; provisões para perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa; perdas nos estoques; provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes.

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para registro de certas transações e informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

2.3. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

i. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações financeiras.

ii. Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação):

- Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda;
- Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações financeiras.

iii. Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação:

- As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações financeiras.

2.4. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade

iv. Alterações na IAS 21/CPC 02

- Exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025.

v. Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- Podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026.

vi. IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.

- A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros);
- Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

vii. Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:

- Permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

Não haverá impacto sobre as novas normas emitidas e que ainda não estão em vigor nas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos	1.439	1.635.148	1.449	1.635.721
Aplicações financeiras	8.609.336	19.659.450	9.081.817	19.675.384
	<u>8.610.775</u>	<u>21.294.598</u>	<u>9.083.266</u>	<u>21.311.105</u>

As aplicações financeiras da empresa são realizadas na modalidade de Certificados de Depósito Bancário (CDB), que atendem aos requisitos estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas aplicações são consideradas equivalentes de caixa, pois possuem liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4. Contas a Receber

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contas a Receber - Clientes	-	-	2.960.531	-
Outras contas a receber - OPEA (i)	2.188	22.894.196	2.188	22.894.196
PECLD (-)	-	-	(105.503)	-
	<u>2.188</u>	<u>22.894.196</u>	<u>2.857.216</u>	<u>22.894.196</u>

Contas a receber – Controladas.

	Consolidado
	2024
EGD 2	470.848
EGD 3	585.091
EGD 5	243.237
EGD 7	704.503
EGD 8	458.054
EGD 10	498.798
	<u>2.960.531</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2024, as usinas fotovoltaicas da companhia iniciaram suas operações já com contratos de aluguel e prestação de serviços firmados. Os recebíveis das controladas são provenientes da contraprestação dos contratos de operação e geração das usinas fotovoltaicas, assegurando um fluxo de caixa contínuo e previsível para a companhia.

Outras contas a receber - OPEA

Em 13 de setembro de 2023, a Companhia assinou o instrumento particular de emissão privada de debêntures simples, em duas séries. O agente fiduciário responsável pela emissão é a OPEA SECURITIZADORA S.A.

Foram emitidas 108.000 (cento e oito mil) quantidades, de valor nominal unitário de R\$1.000 (mil reais). Esse recurso é, em um primeiro momento, retido em uma Conta Securitizadora e a liberação para a Empresa é vinculada a condições de avanço dos projetos, pré-estabelecidas na emissão.

Nesse sentido, no fechamento de 2024 existem R\$ 2.188,00 (dois mil cento e oitenta e oito reais) bloqueados na Conta Securitizadora, os quais deverão ser liberados para a Empresa conforme novos avanços dos projetos.

	A Receber 2024	Emitido Originalmente
OPEA Securitizadora - Debêntures	2.188	108.000.000

A companhia avalia a realização de cada recebível, efetuando as respectivas provisões de perda para transações com incerteza de realização, conforme estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Essas provisões são calculadas com base em modelos de perda esperada, considerando fatores como histórico de inadimplência, condições econômicas atuais e previsões futuras.

	Consolidado
	2024
Saldo inicial	-
Provisões efetuados estorno	(105.503)
	-
Total	(105.503)

ENERGIA SOLAR GD S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Investimentos

a) Movimentação.

	Saldo Inicial em 01/01/2024	Equivalência patrimonial	Movimentação no patrimônio líquido.	Saldo final em 31/12/2024
EGD 1	12.987.799	887	750.921	13.739.607
EGD 2	13.717.644	96.986	1.503.287	15.317.917
EGD 3	14.872.681	246.319	2.817.893	17.936.892
EGD 4	10.215.991	(6.905)	1.526.102	11.735.188
EGD 5	8.820.814	(17.395)	2.393.244	11.196.663
EGD 6	1.000	-	(1.000)	-
EGD 7	11.521.084	603.730	2.928.265	15.053.079
EGD 8	17.886.983	7.186	5.384.622	23.278.791
EGD 9	1.000	(639)	(333)	29
EGD 10	8.429.517	254.824	2.687.960	11.372.301
EGD 11	17.690.456	(526.896)	3.961.746	21.125.306
	<u>116.144.969</u>	<u>658.097</u>	<u>23.952.707</u>	<u>140.755.773</u>

b) Composição dos investimentos

A seguir, apresentamos as principais informações financeiras das controladas

	2024					Resultado
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	
EGD 1	6.566	13.736.232	(3.191)		(13.738.720)	(887)
EGD 2	492.171	14.881.430	(55.684)		(15.220.931)	(96.986)
EGD 3	740.463	17.261.092	(64.662)		(17.690.574)	(246.319)
EGD 4	38.863	11.714.948	(18.623)		(11.742.093)	6.905
EGD 5	296.589	10.946.496	(46.422)		(11.214.058)	17.395
EGD 6	-	-	-		0	0
EGD 7	1.016.059	14.111.962	(74.942)		(14.449.349)	(603.730)
EGD 8	481.980	22.818.646	(21.835)		(23.271.605)	(7.186)
EGD 9	29	-	-		(667)	639
EGD 10	543.126	10.839.370	(10.195)		(11.117.477)	(254.824)
EGD 11	93.430	21.031.998	(122)		(21.652.202)	526.896
	<u>3.709.277</u>	<u>137.342.174</u>	<u>(295.556)</u>	<u>0</u>	<u>(140.097.676)</u>	<u>(658.097)</u>

ENERGIA SOLAR GD S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023					Resultado
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	
EGD 1	1.046	12.993.938	12.188	-	12.987.799	(5.003)
EGD 2	10.576	13.713.629	13.503	-	13.717.644	(6.943)
EGD 3	2.420	14.906.205	37.943	-	14.872.681	(1.999)
EGD 4	10.606	10.221.344	17.505	-	10.215.991	(1.546)
EGD 5	903	8.849.640	31.176	-	8.820.814	(1.446)
EGD 6	101	0	0	-	1.000	(899)
EGD 7	320.826	11.286.022	92.800	-	11.521.084	(7.035)
EGD 8	480	17.908.324	22.721	-	17.886.983	(900)
EGD 9	101	0	0	-	1.000	(899)
EGD 10	413	8.460.736	32.248	-	8.429.517	(616)
EGD 11	657	17.729.641	40.474	-	17.690.456	(632)
	<u>348.129</u>	<u>116.069.479</u>	<u>300.558</u>	<u>0</u>	<u>116.144.969</u>	<u>(27.918)</u>

6. Imobilizado

	Consolidado					
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adição	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldo em 31/12/2024
Adiantamento para aquisição de ativos	0,38%	-				
Imobilizado em andamento	0,38%	116.069.480			-90.618.300	25.451.180
Usinas Fotovoltaicas (i)		-	24.419.140	-3.220.935	90.618.300	111.816.506
Total		<u>116.069.480</u>	<u>24.419.140</u>	<u>-3.220.935</u>	<u>-</u>	<u>137.267.686</u>
Custo		116.069.480	24.419.140			140.488.620
Depreciação acumulada		-		-3.220.935		-3.220.935
Imobilizado líquido		<u>149.142.740</u>	<u>24.419.140</u>	<u>-3.220.935</u>	<u>-</u>	<u>137.267.686</u>

Durante o exercício de 2024, a companhia finalizou a construção das usinas fotovoltaicas de suas controladas, e estas empresas passaram a operar. Para o ano de 2025, a companhia está estudando a contratação de uma empresa especializada para efetuar a avaliação da vida útil e o inventário de seus ativos imobilizados. Dessa forma, será possível a correta classificação de seus itens, permitindo um controle mais preciso da sua depreciação.

Como a construção foi finalizada recentemente e a companhia possui contratos de receita para todas as usinas, a administração entende que, por ora, seus ativos não possuem indicações de impairment.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Empréstimos e Financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Empréstimo BNDS	125.774.630		125.774.630	
Debentures Emitidas - OPEA		112.274.469		112.274.470
	125.774.630	112.274.469	125.774.630	112.274.470
Circulante	941.427		941.427	
Não Circulante	124.833.203	112.274.469	124.833.203	112.274.470
	125.774.630	112.274.469	125.774.630	112.274.470

Em 24/06/2024, celebrado um contrato de financiamento junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento e Econômico e Social) no montante líquido de R\$ 121.919.000,00 sob contrato n. 24.9.0057.1. Parte dos recursos adquiridos por meio do empréstimo obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi utilizada para quitar integralmente o saldo de debêntures a pagar. Esta operação foi realizada com o objetivo de obter prazos de pagamento melhores, uma vez que as debêntures venceriam em 17 de setembro de 2025, enquanto o empréstimo do BNDES será pago em 172 parcelas, com o primeiro vencimento marcado apenas para dezembro de 2025. Em 31/12/24, o saldo em curto prazo é de R\$ 941.427 (até 12 meses) passivo circulante e R\$ 124.833.203 no longo prazo no passivo não circulante, totalizando R\$ 125.774.630 a pagar, conforme extrato do BNDES.

Saldo inicial em 01/01/2023	112.274.469
(+) Aquisição principal	121.919.000
(-) Pagamentos	(112.274.469)
(+) Juros apropriados	3.855.630
Saldo final em 31/12/2023	125.774.630

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir o Cronograma de pagamentos do saldo devedor atual sem a consideração dos juros a incorrer.

Ano	Pagamento do principal
2025	941.427
2026	9.638.856
2027	9.638.856
2028	9.638.856
2029	9.638.856
2030	9.638.856
2031	9.638.856
2032	9.638.856
2033	9.638.856
2034	9.638.856
2035	9.638.856
2036	9.638.856
2037	9.638.856
2038	9.166.927
	125.774.631

Garantias

A garantia fidejussória do contrato de financiamento do BNDES está limitada ao valor de R\$ 121.919.000,00, acrescida dos juros, das comissões, da pena convencional e dos demais encargos pactuados no contrato

Para regular a garantia fidejussória foi assinado pelo BNDES e Energias Solar GD. um Instrumento Particular de Prestação de Fiança e outras avenças ("Contrato de Fiança"). O referido Contrato de Fiança tem suas obrigações garantidas por garantias reais e fidejussórias, são elas:

(i) Garantias reais:

- Alienação fiduciária: (a) da totalidade das ações da Afiançada, de titularidade do Navi FIP, que representam, nesta data, 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) das ações de emissão da Afiançada, em favor do Fiador ("Alienação Fiduciária de Ações"); e (b) da totalidade das quotas das SPEs, de titularidade da Afiançada, que representam, nesta data, 100% (cem por cento) das quotas de emissão das SPEs ("Alienação Fiduciária de Quotas" e, em conjunto com a Alienação Fiduciária de Ações, a "Alienação Fiduciária de Ações e Quotas").

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Cessão fiduciária de todos os direitos (inclusive direitos emergentes) e créditos das SPEs oriundos (a) de cada um dos Contratos dos Projetos; (b) das Apólices de Seguro; (c) das garantias outorgadas pelas contratadas no âmbito dos Contratos dos Projetos; e (d) todos os direitos e créditos, atuais e futuros, da Afiançada e das SPEs com relação a determinadas contas bancárias, incluindo qualquer valor depositado, bem como investimentos feitos com valores ali depositados e ganhos e rendimentos deles oriundos (“Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios”), em favor do Fiador; e
- Alienação fiduciária da totalidade dos equipamentos e máquinas relativos aos Projetos, de propriedade das SPEs, atuais ou a serem adquiridos, montados ou construídos (“Alienação Fiduciária de Equipamentos”), em favor do Fiador

(ii) Garantias Fidejussória:

- As SPEs obrigam-se solidariamente, entre si e para com a Afiançada, em caráter irrevogável e irretratável, perante o Fiador, como fiadoras, principais pagadoras e solidariamente responsáveis por todas as Obrigações Garantidas.

8. Patrimônio líquido

8.1. Capital social

O capital social nacional integralizado é de R\$ 47.000.000,00, conforme A.G.E. datada em 16/09/2024.

8.2. Redução de Capital Social

Durante o exercício de 2024, a companhia efetuou uma redução de R\$ 9 milhões no capital social. Esta medida foi adotada como parte da estratégia financeira da empresa para otimizar sua estrutura de capital e melhorar a eficiência operacional.

9. Receita Líquida e prestação de serviços

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
RECEITA DE ALUGUEL	-	-	4.436.278	-
COFINS	-	-	(47.452)	-
PIS	-	-	(10.281)	-
	-	-	4.378.545	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As receitas da companhia são provenientes do aluguel das usinas fotovoltaicas. O aumento da conta de receita foi gerado pelo início da operação das usinas, que começaram a gerar receita a partir da locação e dos serviços prestados.

10. Custo

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custos prediais e de ocupação	-	-	3.220.935	-
Custos gerais dos serviços	-	-	-	-
	-	-	3.220.935	-

Os custos operacionais da companhia compreendem, basicamente, a depreciação das usinas fotovoltaicas. Esta depreciação reflete o desgaste e a obsolescência dos ativos ao longo do tempo, impactando diretamente os resultados financeiros da empresa.

11. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas com cartório	176.646	118.246	176.646	118.318
Honorários de pessoas jurídica	-	13.660	-	13.660
Serviços terceirizados advocac	276.479	626.610	276.479	626.610
Serviços terceirizados de cont	424.174	167.796	424.174	167.796
Serviços de consultoria	551.381	727.793	551.381	727.793
Serviços de consultas cadastra	-	1.900	-	1.900
Serviços de moto boy	-	374	1.400	374
Bens de pequeno valor	-	4.463	-	4.463
Correios	-	320	-	320
Despesas legais e judiciais	-	1.655	-	1.655
Fretes e carretos	-	-	-	4.500
Viagens e representações - passagem	19.525	10.042	55.525	10.042
Manutenção	558.270	-	558.270	-
Despesas indedutíveis	-	-	105.503	-
Seguros	181.751	-	345.510	-
Outros	12.118	-	24.597	-
	2.200.344	1.672.859	2.519.484	1.677.431

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	1.429.399	828.893	1.439.072	828.941
Juros recebidos	515.086	-	515.341	-
Descontos obtidos	-	-	12.608	-
Pis/Cofins	(142.731)	(38.544)	(142.731)	(38.544)
	<u>1.801.754</u>	<u>790.349</u>	<u>1.824.291</u>	<u>790.397</u>
Despesas financeiras				
Multas e juros sobre outras operações	(248)	(179)	(5.522)	(179)
Juros s/ debêntures	(9.326.447)	(4.275.320)	(9.330.237)	(4.287.870)
Juros s/ empréstimos	(3.829.622)	-	(3.829.622)	-
Despesas bancárias	(1.076.542)	-	(1.076.856)	-
Custos e comissões s/empréstimos e debêntures	-	(2.700.701)	-	(2.700.995)
Fianças	(1.044.997)	-	(1.044.997)	-
Outras despesas financeiras	(47.280)	-	(47.280)	-
	<u>(15.325.135)</u>	<u>(6.976.200)</u>	<u>(15.334.513)</u>	<u>(6.989.044)</u>
Resultado financeiro	<u>(13.523.381)</u>	<u>(6.185.851)</u>	<u>(13.510.222)</u>	<u>(6.198.647)</u>

Receita Financeira é relacionada principalmente aos rendimentos das aplicações financeiras. A Despesa Financeira está relacionada principalmente aos juros dos Debêntures e aos juros do empréstimo junto ao BNDES contratado em Junho/2024.

13. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o resultado pelo lucro real e as suas controladas (SPEs) apuram IRPJ e CSLL pelo lucro presumido. No exercício de 2024, a controladora não apurou resultado positivo de IRPJ e CSLL, não havendo valores devidos, motivo pelo qual foi apresentado somente o número consolidado.

	Consolidado	
	2024	2023
Lucro antes do imposto	-15.098.008	-7.940.270
Imposto calculado com base em alíquota legal (34%)	-	-
Resultados de controladas por equivalência	-	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	-	-
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecidos no exercício	-	-
Efeitos de controladas tributadas pelo lucro presumido	-136.670	-
Outros	-	-
Encargo fiscal	<u>-136.670</u>	<u>-</u>
Despesa com IR e CS correntes	-136.670	-
Despesa com IR e CS diferidos	-	-
	<u>-136.670</u>	<u>-</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da Companhia, conforme categorias abaixo:

	Controladora		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Ativos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e bancos	1.439	1.635.148	1.449	1.635.720
Contas a receber	2.188	22.894.196	2.962.719	22.894.196
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Aplicações financeiras	8.609.336	19.659.450	9.081.817	19.659.450
Passivos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Fornecedores	65.777	69.946	105.429	69.946
Empréstimos e financiamentos	125.774.630	-	125.774.630	-
Debêntures a pagar	-	112.274.469	-	112.274.469

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- (i) Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (Nota 4).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) Caixa, bancos, fornecedores e contas a receber com partes relacionadas - Decorrem diretamente das operações da Companhia sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- (iii) Debêntures - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas estavam assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e bancos	1.439	1.635.148	1.449	1.635.720
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Aplicações financeiras	8.609.336	19.659.450	9.081.817	19.659.450

A Administração avaliou, segundo sua política de PCLD e, com base no IFRS 9, conclui que não há risco de crédito.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros remunerados, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates e a liquidez de acordo com as necessidades programadas da Companhia.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	2024		2023	
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
	Controladora			
Fornecedores	65.777	-	69.946	-
Empréstimos e financiamentos	941.427	124.833.203	-	-
Debêntures a pagar	-	-	-	112.274.469
	<u>1.007.204</u>	<u>124.833.203</u>	<u>69.946</u>	<u>112.274.469</u>
Consolidado				
2024		2023		
Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos	
Fornecedores	105.429	-	69.946	-
Empréstimos e financiamentos	941.427	124.833.203	-	-
Debêntures a pagar	-	-	-	112.274.469
	<u>1.046.856</u>	<u>124.833.203</u>	<u>69.946</u>	<u>112.274.469</u>

Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofrerem impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

Gestão de capital

Com o objetivo de financiar a implantação e construção dos parques solares, a Companhia obtém recursos a partir de aportes de seus acionistas e por meio da emissão de debêntures.

15. Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023 a controladora e nenhuma de suas investidas possuem saldos aberto com partes relacionadas.

16. Contingências

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas não possuíam contingências de natureza cível, tributária ou trabalhista.

17. Eventos Subsequentes

A usina fotovoltaica referente à investida EGD 4 foi energizada no 1º trimestre de 2025, adicionando uma capacidade de 2 MW em geração. Das 9 usinas previstas no projeto, 8 já estão energizadas e 1 aguarda energização por parte da distribuidora.

Adicionalmente, a investida EGD 9 foi vendida em abril de 2025 pelo seu valor patrimonial.